



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

Parecer n.º 029/2026

Processo Administrativo Eletrônico n.º 290/2026

Referência: Rodeio Country

EMENTA: CONTRATAÇÃO PÚBLICA – RODEIO COUNTRY – EXPOCAÇADOR 2026 – CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE. REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO ELETRÔNICO. Estudo Técnico Preliminar elaborado de forma global para o evento, atendendo à finalidade do planejamento. Ausência de análise formal de riscos que não compromete a validade do procedimento. Os documentos que instruem o processo encontram-se, em linhas gerais, adequadas para prosseguimento do feito.

1. Trata-se de análise jurídica da fase preparatória de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização para a realização de rodeio country a ser realizada nos dias 20, 21, 22 e 23 de março de 2026, no Parque das Araucárias.
2. Foram submetidos a esta análise o Documento de Formalização de Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP), análise de risco e o respectivo Termo de Referência (TR), além dos documentos acessórios que compõem a instrução inicial do certame.
3. O presente parecer tem por finalidade exercer o controle prévio de legalidade dos atos administrativos, em conformidade com o art. 53 da Lei nº 14.133/2021, bem como o disposto no artigo 28 do Decreto municipal n.º 10.792/2023, avaliando a conformidade do planejamento da contratação com as normas legais e a jurisprudência aplicável.
4. É o sucinto relatório. Passo ao Parecer.¹

I. DA ANÁLISE JURÍDICA

5. Primeiramente, cumpre destacar que o parecer se caracteriza como um ato opinativo. No âmbito jurídico, sobretudo na Administração Pública, o parecer denominado de

¹ Os pareceres, quando emitidos por órgão técnico ou pessoa física habilitada da Administração, são manifestações técnicas sobre assunto submetido a uma análise objetiva, de caráter meramente opinativo. (BRAZ, Petrônio. *Direito Municipal na Constituição*. Leme: LED, 2003, pág.273).



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

parecer jurídico, surge na maioria dos casos, de uma consulta realizada por órgãos ou agentes públicos.

6. A opinião do parecerista exterioriza-se a partir da emissão do respectivo parecer jurídico, do qual em regra, não vincula o administrador, possuindo este a discricionariedade de seguir a opinião disposta ou não.

7. Assim, de regra, o parecer consubstancia uma opinião técnica, pessoal do emitente, ou seja, reflete apenas um juízo de valor, não vinculando o administrador, que tem a competência decisória, para praticar o ato administrativo de acordo ou não com o sugerido pelo consultor jurídico. Sendo atos diversos, o parecer jurídico e o ato próprio e discricionário praticado pela autoridade competente.

8. Neste sentido, tem-se que o parecer jurídico concretiza-se, seja a pedido do administrador ou por exigência legal para aclarar e nortear o administrador que pode segui-lo ou ignorá-lo, quando da prática de determinado ato administrativo.

9. Como bem salientado por Maria Sylvia Zanella Di Pietro, *"o parecer não possui efeito normativo por si mesmo [...] É o despacho dessa autoridade que dá efeito normativo ao parecer"*².

10. Dito isso, passamos a análise do mérito.

11. A fase preparatória é o alicerce de qualquer contratação pública, e sua correta instrução é condição de validade para todo o processo. Conforme o art. 18 da lei nº 14.133/2021, esta etapa deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação.

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*
[...]

² Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo: Atlas*, 2012. p. 239



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

*§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo **deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação**, e conterá os seguintes elementos:*

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

*V - levantamento de mercado, **que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar**;*

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

12. Desse modo, cumpre registrar que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) juntado aos autos foi elaborado de forma global para a organização da ExpoCaçador 2026, e não de forma específica para esta contratação. Trata-se de um procedimento salutar de planejamento, que demonstra a visão macro do evento.

13. Conforme se observa no referido documento, a necessidade da contratação do rodeio foi devidamente justificada no campo de **contratações correlatas e**



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

interdependentes. A abordagem cumpre a finalidade do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, evidenciando que a presente contratação não é um ato isolado, mas parte integrante e necessária do planejamento geral do evento.

14. Superadas as avaliações, destaca-se que, após a elaboração do Estudo Técnico Preliminar e a definição da solução adotada, o planejamento da contratação deve contemplar, sempre que possível, a análise de riscos.

15. Nesse sentido, os §§ 3º e 4º do art. 46 do Decreto Municipal n.º 10.792/2023 qualificam a análise de riscos como etapa recomendável, em consonância com a Lei n.º 14.133/2021, conforme os dispositivos a seguir.

§ 3º O órgão ou entidade demandante, independentemente da formulação ou implementação de matriz de risco, deverá proceder a uma análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação ou da contratação direta e da boa execução contratual.

§ 4º A análise a que se refere o § 3º, sempre que possível, deve levar em consideração o histórico de licitações, inclusive as desertas ou frustradas, e contratações anteriores com objeto semelhante, aferindo-se e sanando-se, de antemão, eventuais questões controversas, erros ou incongruências do procedimento.

16. No caso em apreço, verifica-se que a análise de riscos não foi formalmente elaborada pela unidade requisitante. Embora a elaboração do documento seja uma boa prática de governança e planejamento, a sua ausência, no presente caso, não constitui vício insanável que macule o andamento do processo licitatório.

17. Contudo, recomenda-se que a unidade demandante seja orientada a incorporar a análise de riscos em seus futuros planejamentos, como forma de aprimorar a gestão, antecipar potenciais problemas e fortalecer a segurança das contratações, em plena consonância com o princípio do planejamento que rege a Lei nº 14.133/2021.

18. A estimativa de valor da contratação, totalizando R\$ 190.250,00 (cento e noventa mil, duzentos e cinquenta reais), foi fundamentada em um Relatório de Pesquisa de Preços detalhado. Verifica-se que a pesquisa utilizou como fontes contratações similares de



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

outros entes públicos e pesquisa direta com fornecedores, utilizando a mediana como critério para definir o valor de referência.

19. Quanto ao Termo de Referência (TR), o documento está em conformidade com o art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021, pois contém os elementos essenciais para a perfeita execução do objeto.

20. Já quanto à modalidade de licitação escolhida para a contratação, constata-se que é o pregão eletrônico, cuja escolha deve ser para objetos que se enquadrem na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho objetivamente descritíveis e usualmente encontrados no mercado, conforme previsto nos incisos XIII, XLI e XLV do artigo 6º da Lei 14.133, de 2021.

21. No caso concreto, a Unidade Demandante declarou expressamente a natureza do objeto da licitação.

22. Quanto as minutas do edital, proposta de preços e minuta do contrato juntadas aos autos, verifica-se que os documentos reúnem as cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie e na norma de regência.

23. Noutro viés, cabe mencionar que a condução da fase externa dos processos licitatórios e procedimentos auxiliares, na forma eletrônica ou presencial, será processada e julgada por intermédio do agente de contratação, do pregoeiro ou de comissão de contratação. Assim, verifica-se nos autos a indicação e nomeação do agente de contratação/pregoeiro para condução do processo licitatório, nos termos do art. 5º do Decreto Municipal nº 10.792, de 2023.

24. Por fim, destacamos ainda, que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e de termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação nos meios oficiais de publicação, conforme determina o art. 54, *caput*, e § 1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

25. Destacamos, também, que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos



Estado de Santa Catarina
Município de CAÇADOR
Procuradoria Geral do Município

elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, do mesmo ordenamento.

II. DA CONCLUSÃO

26. Ante o exposto, este parecer jurídico conclui pela viabilidade jurídica do prosseguimento do Processo Administrativo Eletrônico n.º 290/2026.

27. Estas são as considerações pertinentes, submetidas à avaliação da autoridade competente quanto à conveniência e oportunidade de acatá-las.

Caçador, SC, 06 de fevereiro de 2026.

Lucas Filipini Chaves
Procurador-Geral do Município
OAB/SC 67.400